

## TJ-MT investiga suposta irregularidade em construção de Fórum de Cuiabá;

A Corregedoria-Geral do Tribunal de Justiça de Mato Grosso preparou um documento com mais de 200 páginas que aponta supostas irregularidades na construção do Fórum de Cuiabá. Reportagem do jornalista **Fausto de Macedo**, do jornal *O Estado de S. Paulo*, revela que há suspeita de que a obra, contratada em 2004, consumiu R\$ 57,13 milhões “com lista enorme de defeitos na edificação, tal a pressa em finalizar a grandiosa construção”.

Segundo o documento, as irregularidades começaram antes mesmo de iniciadas as obras: na formulação do edital. De acordo com o relatório do TJ, haviam “exigências descabidas, o que acarretou diminuição considerável de concorrentes”.

“Não é difícil antever as razões do fracasso que se transformou a construção do fórum, idealizado para ser um marco de execução de obra pública de grande vulto, mas que na prática acabou por se revelar um retrato vivo de malversação do dinheiro público”, diz o documento.

O juiz Marcelo Souza de Barros, que presidiu a comissão de obras, nega qualquer problema. “Não houve irregularidade”, declarou. “A licitação foi fiel à lei. Obra barata, menos de R\$ 50 milhões. A Cogefe foi contratada pelo menor preço. A conta compartilhada foi aberta para impedir que recursos do TJ fossem usados para quitar outras dívidas. O Ministério Público abriu inquérito civil e não achou absolutamente nada de ilegal”, concluiu. O Fórum abriga 45 varas cíveis e criminais de Cuiabá.

### Vantagens salariais

Recentemente, conforme noticiou a revista **Consultor Jurídico**, em outro relatório, enviado ao Superior Tribunal de Justiça, o corregedor-geral de Justiça, desembargador Orlando Perri, afirmou que quatro juizes receberam vantagens salariais irregulares na administração do desembargador José Ferreira Leite e usaram o dinheiro público para socorrer financeiramente investidores ligados à loja maçônica da qual faziam parte. Esses investidores aplicaram suas economias, incentivados pela maçonaria, na Cooperativa de Crédito Poconó-Sicoob Pantanal, de Poconó (MT), que quebrou. A defesa dos juizes afirmou que as acusações não têm fundamento.

Depois que Perri levou o caso ao STJ, os juizes e desembargador resolveram pedir seu afastamento assim como o do presidente do TJ-MT. Na Representação, entregue ao Grupo Especial do TJ-MT, os juizes questionaram a conduta do corregedor na investigação encaminhada ao STJ. O caso está agora no Conselho Nacional de Justiça.